

Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social

(Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia

Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996)

ABESS/CEDEPSS

Apresentação

O presente documento contém a "Proposta de diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social", produto de um amplo e sistemático debate realizado pelas Unidades de Ensino a partir de 1994, quando a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social — ABESS —, ocorrida em Londrina (PR), em outubro de 1993, deliberou sobre os encaminhamentos da revisão do currículo mínimo vigente desde 1982 (Parecer CFE nº 412, de 4/8/1982 e Resolução nº 6, de 23.9.82).

Com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional face às exigências da contemporaneidade, a ABESS promoveu e coordenou, com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social — CEDEPSS —, órgão acadêmico que articula a pós-graduação em Serviço Social, um intenso trabalho de mobilização das unidades de ensino de Serviço Social no País. Este processo de mobilização contou com o apoio decisivo da entidade nacional representativa dos profissionais de Serviço Social, através do Conselho Federal de Serviço Social — CFESS —, bem como dos estudantes, através da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social — ENESSO.

Entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais, nas 67 unidades acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais.

Numa primeira etapa procedeu-se à avaliação dos impasses e tensões que obstaculizam a formação profissional numa perspectiva contemporânea e de qualidade. Com base neste diagnóstico¹ foi elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, dezembro de 1995, a "Proposta básica para o projeto de formação profissional", contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular.

A continuidade deste trabalho coletivo, em 1996, através da realização das oficinas, com a assessoria de um grupo de consultores, conduziu à elaboração de um segundo documento intitulado "Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate".

Na etapa final do processo de revisão curricular as proposições do conjunto das unidades de ensino foram sistematizadas, resultando em seis documentos regionais a partir dos quais a diretoria da ABESS, as representações da ENESSO e do CFESS, o Grupo de Consultores de Serviço Social e a Consultoria Pedagógica elaboraram a presente "Proposta nacional de currículo mínimo para o Curso de Serviço Social".

Esta proposta foi apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em assembleia geral da ABESS, ambas realizadas no Rio de Janeiro, entre os dias 7 e 8 de novembro de 1996.

Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a LDB (Lei 9394), tornando oportuno o processo de normatização e definição de diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social, no espírito da nova Lei.

Diretrizes estas que estabelecem um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade e descentralização do ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do Assistente Social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados.

A ABESS, atenta à necessidade do estabelecimento desses padrões de qualificação do ensino e de sua universalização, enquanto entidade nacional representativa das IES no âmbito do Serviço Social, encaminha a presente proposta para apreciação do Conselho Nacional de Educação do MEC.

1. Cf. ABESS/CEDEPSS/ENESSO — Relatório síntese dos impasses e tensões da formação profissional. Sistematização dos relatórios das oficinas regionais. Recife, maio 1995.

1. Pressupostos da formação profissional

O marco da redefinição do projeto profissional dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Implica, pois, compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve. Por esta razão, é necessário contextualizar o significado social da profissão nos anos 90, salientando as mediações históricas que incidem sobre o perfil da profissão hoje: as demandas e as respostas as quais é instigada a construir.

Os anos 90 expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais.

O trabalho do Assistente Social é, também, afetado por tais transformações, produto das mudanças na esfera da divisão sócio-técnica do trabalho, no cenário mundial.

Os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional, que informa a presente revisão curricular, são os seguintes:

1. O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

2. A relação do Serviço Social com a questão social — fundamento básico de sua existência — é mediada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.

3. O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4. O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas

históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais.

2. Princípios e diretrizes da formação profissional

Este conjunto de diretrizes estabelece uma base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em Serviço Social, a partir do qual cada Instituição de Ensino Superior (IES) elabora seu currículo pleno. Esta base está pautada por um projeto de formação profissional, coletivamente construído, ao longo dos anos 80 e 90, sob a coordenação da ABESS.

2.1 Princípios

São princípios que fundamentam a formação profissional:

1. flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares — tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares — como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;

2. rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;

3. adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;

4. superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;

5. estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade;

6. padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com um máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;

7. caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;

8. indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;

9. exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;

10. ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;

11. indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

2.2 Diretrizes curriculares

Estes princípios definem as diretrizes curriculares da formação profissional, que implicam *capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa* para a:

1. apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no País;
3. apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. apreensão das demandas — consolidadas e emergentes — postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor.

3. Nova lógica curricular

A formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional.

A presente proposta parte da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social. As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades, e das respostas dadas.

Esta concepção implica que o processo de trabalho do Assistente Social deve ser apreendido a partir de um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideal do profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social.

O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdos (teóricos, éticos, políticos, culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação do Assistente Social.

Desta forma, entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional remete, diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em *núcleos de fundamentação* constitutivos da formação profissional. São eles:

1. núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;
2. núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira;
3. núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

É importante salientar que o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação, o da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades.

À medida que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do Assistente Social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações — aqui entendida como a relação teoria-prática — que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino — pesquisa — extensão.

Propõe-se uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino e aprendizagem e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por

excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções.

Esta nova estrutura curricular deve refletir o atual momento histórico e projetar-se para o futuro, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos, como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Esta é a grande moldura da configuração geral das diretrizes gerais aqui expressas.

Em decorrência desta consideração, ressalta-se a exigência de não incorrer no tratamento classificatório dos núcleos de fundamentação da formação profissional, quando da indicação dos componentes curriculares, uma vez que remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Portanto, os núcleos mencionados não são autônomos nem subseqüentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social.

3.1 Núcleos de fundamentação

3.1.1 Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social

Este núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica o desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade. A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência. Implica reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação.

O conhecimento apresenta-se como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana de compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações. Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas. O tratamento das diferentes filosofias e teorias tem como perspectiva estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e da articulação de suas categorias, o que supõe eliminar a crítica *a priori* ou a negação ideológica das teorias e filosofias, sem o necessário conhecimento de seus fundamentos.

3.1.2 Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no País, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico-raciais, exclusão social etc. Para tanto devem ser objeto de análise:

1. Os padrões de produção capitalista, em seus vários modelos de gestão e organização do processo de trabalho e todas as suas implicações nas condições materiais e espirituais da força de trabalho; e, ainda, o acompanhamento das profundas mudanças dos padrões produtivos e de acumulação capitalistas, criando uma nova configuração do "mundo do trabalho".

2. A constituição do Estado brasileiro, seu caráter, papel, trajetória e as configurações que ele assume nos diferentes momentos conjunturais, seus vínculos com as classes e setores sociais em confronto. Trata-se, portanto, de apreender as relações entre Estado e Sociedade, desvelando os mecanismos econômicos, políticos e institucionais criados, em especial as políticas sociais, tanto no nível de seus objetivos e metas gerais, quanto no nível das problemáticas setoriais a que se referem.

3. O significado do Serviço Social no seu caráter contraditório, expresso no confronto de classes vigentes na sociedade e presentes nas instituições, o que remete também à compreensão das dinâmicas organizacionais e institucionais nas esferas estatais e privadas.

4. Os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira: seus fundamentos, princípios, análise da sociedade, estratégias e programas.

Estes conteúdos implicam uma constante e atenta análise conjuntural da sociedade brasileira, em sua inserção internacional, tendo em vista o acompanhamento dos processos sociais em curso, geradores das múltiplas manifestações da questão social. Nesse sentido, indica-se:

1. Análise da constituição, trajetória e ação das classes sociais, em seus conflitos, diferenças, alianças — em suas dimensões econômicas, políticas e culturais.

2. Conhecimento, em profundidade, do movimento das ações das classes subalternas, reconstruindo sua composição e posição no processo produtivo; de suas condições de vida e de trabalho; de suas formas de manifestação social, cultural, ética e política; de suas formas de luta e de organização; de suas aspirações e práticas de resistência, contestação ou subalternização que explicitem seu modo de viver e pensar.

3.1.3 Núcleo de fundamentos do trabalho profissional

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e *sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social*. Tal perspectiva permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: *o objeto ou matéria-prima* sobre a qual incide a ação transformadora; *os meios de trabalho* — instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potencialização da ação humana sobre o objeto; e a *atividade do sujeito* direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o *produto do trabalho profissional* em suas implicações materiais, ideó-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do Assistente Social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do Assistente Social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABESS/CE-DEPSS, 1995 e 1996).

Compreender as particularidades do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo requer a apreensão do conjunto de características que demarcam a institucionalização e desenvolvimento da profissão. Isto é, tanto as determinações sócio-históricas de sua inserção na sociedade

brasileira que perfilam o fazer profissional, quanto a herança cultural que vem respaldando as explicações efetivadas pelo Serviço Social sobre as relações sociais, suas práticas, suas sistematizações e seus saberes.

Remete, pois, a um entendimento do Serviço Social que tem como *solo a história da sociedade*, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo Assistente Social.

É o resgate dessa conjunção — rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária — que permitirá atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão

O reconhecimento do caráter interventivo do Assistente Social supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação, em suas particularidades sócio-institucionais, para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional.

As competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe e seu próprio processo de trabalho.

Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos Assistentes Sociais. Estas formas de pensar implicam formas de agir, ou seja, a instrumentalidade da profissão (GUERRA, 1995), reconhecendo seus aspectos tradicionalmente consolidados, mas também buscando novas formas de ação profissional. Tais fundamentações e instrumentalidade são os componentes que permitem a compreensão do cotidiano de vida dos usuários.

A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da realidade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais mediações exigem não só a postura investigativa mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais.

Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: *o que fazer, por que fazer, como fazer e para que fazer*. Não se trata apenas da

construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do Assistente Social em seu campo de intervenção.

Imbricada ao desvelamento destas questões, situa-se a dimensão técnico-operacional, como componente do trabalho consciente e sistemático do sujeito profissional sobre o objeto de sua intervenção, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos.

As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre Assistente Social e usuário frente às questões sociais. As estratégias são, pois, mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos, para fortalecê-los e contribuir para a solução de seus problemas/questões.

3.2 *Matérias básicas*

As matérias são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

1. *Disciplinas*: constituem-se como particularidades das áreas de conhecimento que enfatizam determinados conteúdos priorizando um conjunto de estudos e atividades correspondentes a determinada temática, desenvolvida em um período com uma carga horária prefixada.

2. *Seminários temáticos*: momentos de especificidade e aprofundamento de temáticas relevantes em diferentes enfoques, visando ao detalhamento de abordagens voltadas para a problematização e o estímulo da criatividade.

3. *Oficinas/laboratórios*: espaços de vivência que permitem o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, posturas e atitudes, utilizando-se de diferentes formas de linguagem.

4. *Atividades complementares*: constituídas por atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho. As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio

formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade.

Como matérias básicas são propostas as seguintes:

Sociologia: a emergência da sociedade burguesa e a constituição do ser social; a configuração da Sociologia como campo científico; as matrizes clássicas do pensamento sociológico e o debate contemporâneo.

Ciência Política: a constituição da Ciência Política como campo científico e a formação do Estado Moderno e da Sociedade Civil. Teoria Política Clássica. As contribuições da Ciência Política para a análise do Estado Brasileiro. O debate contemporâneo e as questões da democracia, cidadania, soberania, autocracia e socialismo. A relação entre o público e o privado.

Economia Política: a constituição da Economia Política como campo científico. O Liberalismo, o Keynesianismo, o Neoliberalismo e a Crítica Marxista da Economia Política. Os projetos societários gestados nos modos de organização das relações econômico-políticas de produção e reprodução. As mudanças contemporâneas no padrão de acumulação e suas expressões na economia brasileira e internacional.

Filosofia: os fundamentos ontológicos do ser social. A dimensão da sociabilidade, trabalho e alienação. As formas de consciência: política, ciência, religião, moral e arte. As atuais reflexões éticas sobre a ciência e suas repercussões no mundo do trabalho. Correntes filosóficas e suas influências no Serviço Social.

Psicologia: a constituição da Psicologia como campo científico. As principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações indivíduo-sociedade. A fundamentação das questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.

Antropologia: a relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.

Formação sócio-histórica do Brasil: a herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós-64 e seu caso em fins da década de 70. Transição democrática e neoliberalismo.

Direito: a construção das instituições de Direito no Brasil, bem como das formas de estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado, dos poderes e da ordem social. A Constituição Federal e suas interfaces com o Serviço Social. O Direito Internacional e suas implicações nas relações políticas de trabalho e de seguridade social.

Política Social: as teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. A questão social e desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Formulação e gestão das políticas sociais. A constituição e gestão do fundo público. O papel dos sujeitos políticos na formulação das políticas sociais públicas e privadas. As políticas setoriais e a legislação social. A análise comparada de políticas sociais. O papel das políticas sociais na constituição da esfera pública e o significado do debate público e privado. As novas formas de regulação social e as transformações no mundo do trabalho.

Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais: a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e das particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbano e rural. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações sócio-ambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos sociais.

Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social: análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social e as influências das matrizes do pensamento social. O trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às refrações das questões sociais nos diferentes contextos históricos.

Processo de Trabalho do Serviço Social: o trabalho como elemento fundante do ser social. Especificidade do trabalho na sociedade burguesa e a inserção do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. O trabalho profissional face às mudanças no padrão de acumulação capitalista e regulação social. Os elementos constitutivos do processo de trabalho do Assistente Social considerando: a análise dos fenômenos e das políticas sociais; o estudo da dinâmica institucional; os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social na formulação de projetos de intervenção profissional; as demandas

postas ao Serviço Social nos espaços ocupacionais da profissão, nas esferas pública e privada e as respostas profissionais a estas demandas. O Assistente Social como trabalhador e o produto do seu trabalho. Supervisão do processo de trabalho e o estágio.

Administração e Planejamento em Serviço Social: as teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Funções de administração e planejamento em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.

Pesquisa em Serviço Social: natureza, método e processo de construção do conhecimento: o debate teórico-metodológico. A elaboração e análise de indicadores sócio-econômicos. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do Assistente Social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional.

Ética Profissional: os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebaixamentos na ética profissional. O processo de construção de um *ethos* profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os códigos de ética profissional na história do Serviço Social brasileiro.

3.3 Atividades indispensáveis integradoras do currículo

O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos ao longo da estrutura curricular e a partir do desdobramento das matérias e seus componentes curriculares.

1. *Estágio Supervisionado*: é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar.

2. *Trabalho de Conclusão de Curso*: é uma exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso. Este processo de sistematização, quando resultar de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico-operativos. Realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. Portanto, o TCC se constitui numa monografia científica elaborada sob a orientação de um professor e avaliada por banca examinadora.

4. Observações e recomendações

- a) garantir carga horária mínima de 2700 horas com duração média do curso de 4 anos, conforme Parecer nº 462/82 do CFE/MEC;
- b) garantir maior carga horária nas disciplinas de Serviço Social;
- c) cursos diurno e noturno com o mesmo padrão de qualidade;
- d) até 5% da carga horária total dos currículos plenos deve ser destinada a atividades complementares podendo incluir monitoria, iniciação científica, pesquisa, extensão, seminários e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso;
- e) o estágio supervisionado constitui-se como momento privilegiado de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional tendo como carga horária mínima 15% da carga horária mínima do curso (2700 horas);
- f) as diretrizes curriculares constantes deste documento deverão ser implantadas imediatamente após a sua aprovação pelo MEC. O prazo para a conclusão da implantação deve ser de dois anos.

Bibliografia

- ABESS/CEDEPSS. *Proposta básica para o projeto de formação profissional*. Recife, ABESS/CEDEPSS, 1995.
- _____. *Proposta básica para o projeto de formação profissional* — novos subsídios para o debate. Rio de Janeiro, ABESS/CEDEPSS, 1996.
- _____. *Relatório síntese dos impasses e tensões da formação profissional: sistematização dos relatórios das oficinas regionais*. Recife, maio 1995.
- ABESS/CENTRO-OESTE. *Relatório das recomendações das unidades de ensino da região*. Cuiabá, ABESS/CENTRO-OESTE, 1996.

- ABESS/LESTE. *Proposta de currículo mínimo para discussão na segunda Oficina Nacional de Formação Profissional*. Juiz de Fora, ABESS/LESTE, 1996.
- ABESS/NORDESTE. *Indicações de matérias para estruturação da proposta de currículo mínimo*. Mossoró, ABESS/NORDESTE, 1996.
- ABESS/NORTE. *Propostas da ABESS-Norte para o novo projeto de formação profissional do assistente social*. Belém, ABESS/NORTE, 1996.
- _____. *Relatórios das oficinas locais (UFMA, UFPI, FUA, UNAMA)*. Belém, ABESS/NORTE, 1996.
- ABESS/SUL I. *Relatório da quinta Oficina Regional*. Florianópolis, ABESS/SUL I, 1996.
- ABESS/SUL II. *Relatório da segunda Oficina Regional de Revisão Curricular*. São Paulo, ABESS/SUL II, 1996.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. *Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social*. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, n. 52, 1996.
- _____. *Cultura e universidade no Brasil nos anos sessenta*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, UFF, Niterói, UFF, 1996.
- ALVES, Maria Helena M. *Estado e oposição no Brasil — 1964/1984*. Petrópolis, Vozes, 1989.
- ANDES. *Caderno de textos do XV Congresso*. Santa Maria, 1996.
- BARBALET, J. M. *A cidadania*. Lisboa, Estampa, 1989.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Política social e capitalismo contemporâneo: um balanço crítico-bibliográfico*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, 1993.
- BOYER, R. *A teoria da regulação*. São Paulo, Nobel, 1990.
- BRUNHOFF, Suzanne de. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*. São Paulo, UNESP, 1991.
- _____. *Estado e capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1985.
- BURIOLLA, Marta A. Feiten. *O estágio supervisionado*. São Paulo, Cortez, 1995.
- CARDOSO, Adalberto M. *O pragmatismo impossível*. In: *Novos Estudos*. São Paulo, CEBRAP, n. 32, março 1992.
- CARDOSO, Franci Gomes et al. *Direção social da formação profissional e a crise da contemporaneidade*. Curso de Serviço Social, UFMA, 1994. Mimeografado.
- CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. *Reestruturação industrial e políticas empresariais no Brasil dos anos 80*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, 1996.
- CARTAXO, Ana Maria B. *A dupla face das estratégias de sobrevivência do segurando da Previdência Social*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Serviço Social da PUCSP, 1992.
- CASTANHO, Maria Eugênia. *Paradigmas de currículo diante da nova ordem mundial*. In: *Série Acadêmica*. Campinas, PUC/CAMP, n. 1, 1992.
- CASTRO, N. Araújo. *Operários em construção: a formação de classe operária na fronteira do moderno capitalismo industrial brasileiro*. In: LARANJEIRA, Sônia, org. *Classes sociais e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Hucitec, 1990.
- CFESS. *Código de ética do assistente social*. Brasília, CFESS, 1993.

- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 6. ed. São Paulo, Cortez, 1993.
- CIGNOLLI, Alberto. *Estado e força de trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CLARKE, S. Crise do fordismo ou crise da social democracia? In: *Revista Lua Nova*. São Paulo, CEDEC/Marco Zero, n. 24, setembro, 1991.
- COELHO, Ildem. Ensino de graduação: a lógica de organização do currículo. In: *Educação Brasileira*. Brasília, MEC/CRUB, v. 16, n. 33, 1994.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer nº 412, de 4/8/92*.
- COSTA, Marisa Vorraber, org. *Escola básica na virada do século*. Cultura, política e currículo. São Paulo, Cortez, 1996.
- COSTA, Sueli Gomes. *A invenção de tradições: a proteção social e os cursos de graduação em Serviço Social*. Exposição no 4º Programa de Formação Pedagógica de Docentes da UFSC, Florianópolis, Coordenadoria do Curso de Serviço Social, 1994. Mimeografado.
- COUJINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUJINHO, C. N., NOGUEIRA, M. A. & BADALONI, N., orgs. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- _____. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- _____. *Gramsci*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Campus, 1992.
- DAIN, Sulamis. A crise da política social: uma perspectiva comparada. In: *BRASIL. Economia e desenvolvimento. Reflexões sobre a natureza do bem-estar*. Brasília, MPAS/CEPAL, v. 1, n. 3, 1989b.
- _____. Financiamento da seguridade social. A Previdência Social e a revisão constitucional. In: *BRASIL. Debates*. Brasília, MPAS/CEPAL, v. II, 1994.
- _____. O financiamento das políticas sociais no Brasil: características estruturais e desempenho no período recente. In: *BRASIL. Economia e desenvolvimento. Reflexões sobre a natureza do bem-estar*. Brasília, MPAS/CEPAL, v. 1, n. 3, 1989a.
- DESEPC/UT. Políticas sociais e os trabalhadores. In: *Revista Debate Sindical*. São Paulo, ano 3, n. 11, outubro 1989.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Educação e cidadania: classes e racionalidades*. Campinas, 1991a. Mimeografado.
- DINIZ, Eli. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- DOMINGUES, José Luiz. Interesses humanos e paradigmas curriculares. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, INEP, v. 67, 1986.
- DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: *Prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília, IPEA/PLAN, 1990. (Coleção para a década de 90).
- _____. As políticas sociais e o neoliberalismo. Dossiê liberalismo/neoliberalismo. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 17, março/abril/maio 1993.
- _____. *O welfare state no Brasil: características e perspectivas*. São Paulo, ANPOCS, 1988.

- _____. DRAIBE, Sônia M. & AURELIANO, Liana. A especificidade do welfare state brasileiro. In: *BRASIL. Economia e Desenvolvimento. Reflexões sobre a natureza do bem-estar*. Brasília, MPAS/CEPAL, v. 1, n. 3, 1989.
- _____. & HENRIQUE, Wilnês. Welfare state, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Vértice/ANPOCS, v. 3, n. 6, fevereiro, 1988.
- DRUCK, Maria G. & BORGES, A. Crise global, terceirização e a exclusão do mundo do trabalho. In: *Cadernos CRH/UFBA*. Salvador, n. 19, 1993.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Previdência social e sociedade em período de crise. In: FIGUEIREDO, Wilma de M., coord. *Cidadão, estado e políticas no Brasil contemporâneo*. Brasília, Editora da UnB, 1986.
- FERRETTI, Celso João et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- FERNANDES, Florestan. *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo, Alfa Ômega, 1979.
- FIORI, José Luis. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro. In: TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luis, orgs. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- FRANCISCO, Elaine Marlova & CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. O processo de trabalho do Serviço Social. In: *Em Pauta — cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ*. Rio de Janeiro, UERJ/FSS, n. 6, dezembro 1995.
- GALPER, Jeffrey. *Política social e trabalho social*. São Paulo, Cortez, 1986.
- GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1995.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *A formação profissional na contemporaneidade: dilemas e perspectivas*. Rio de Janeiro, UFRJ/Escola de Serviço Social, 1994. Mimeografado.
- IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1982.
- JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo, Cortez, 1993.
- JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática, 1996.
- JORGE, Leila. *Inovação curricular: além das mudanças de conteúdos*. Piracicaba, UNIMEPI, 1994.
- KANDIR, A. Previdência Social: a experiência internacional. In: *BRASIL. Pesquisas*. Brasília, MPAS/CEPAL, v. 4, 1994.
- KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- KURZ, R. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro, Campus, 1993.
- Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93)*.
- LESSA, Carlos. Apresentação. In: TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luis, orgs. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- LIPIETZ, A. *Miragens e milagres*. São Paulo, Nobel, 1988.
- MALLOY, James. M. *Política de Previdência Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Nova Cultura, 1985.

- MOREIRA, Antônio Flávio, org. *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo, Cortez, 1994.
- MOTA, Ana Elizabeth. *O feitiço da ajuda*. São Paulo, Cortez, 1987.
- NASCIMENTO, E. P. Crise e movimentos sociais: hipóteses sobre os efeitos perversos. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, n. 43, 1993.
- NETTO, José Paulo. *Didatura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1996.
- _____. Transformações societárias e Serviço Social — notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, n. 50, 1996.
- OLIVEIRA, Jaime A. A. de & TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. *A imprevidência social*. Petrópolis, Vozes/ABRASCO, 1986.
- PONTES, Reinaldo Nobre. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1995.
- PUC/SP. *Curso de Serviço Social*. São Paulo, PUC/SP, julho 1996. Mimeografado.
- RIBEIRO, Darcy. *Carta 16: falsas reflexões, memórias*. Informe de distribuição restrita. Brasília, Senado Federal, Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1991.
- ROSANVALLON, Pierre. *A crise do estado de providência*. Trad. Isabel Maria Santa Aubyn. Lisboa, Editorial Inquérito, 1984.
- SÁ, Jeanete L. Martins. *Conhecimento e currículo em Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1995.
- SALAMA, P. Intervenção do Estado e legitimação na crise financeira: o caso dos países semi-industrializados. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, Brasiliense, v. 8, n. 4, outubro-dezembro 1988.
- SPOSATI, Aldalza. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo, Cortez, 1988.
- TEIXEIRA, Aloísio. *Do seguro à seguridade: a metamorfose inconclusa do sistema previdenciário brasileiro*. Rio de Janeiro, UFRJ/IEI, 1991. (Série Texto de Discussão.)
- TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. Cidadania, direitos sociais e Estado. In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, v. 20, n. 4, outubro-dezembro 1986.
- UnB/DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL. *Proposta de reforma curricular*. Brasília, UnB/Departamento de Serviço Social, 1996. Mimeografado.
- YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo, Cortez, 1993.